

ANO 8
Nº 25
SETEMBRO/
OUTUBRO
2011

Maranhão Industrial

Impresso
Especial

18061/2005-DR/MA
FIEMA-MA

CORREIOS



MERCADO

Sites de compras coletivas impulsionam empresas em todo o país

MEIO AMBIENTE

Uma solução para o Distrito Industrial de São Luís

CULTURA

São Luís: 400 anos de história



FIEMA
SEST
SENAI
IFL

Sistema
FIEMA

Inovação e tecnologia são fundamentais para o crescimento da sua indústria



CONHEÇA OS SERVIÇOS TÉCNICOS TECNOLÓGICOS DO SENAI:

Serviços Laboratoriais: Ensaio e/ou teste de desempenho para qualificar produtos e processos, preferencialmente fundamentado em normas técnicas ou procedimentos sistematizados nas áreas da construção civil, cerâmica, metalmecânica, alimentos e água.

Assessoria e Consultoria em Processo Produtivo: Diagnóstico, orientação e assessoria técnicas, voltadas à implantação, otimização e melhoria de processos e produtos de forma customizada, nas áreas de Meio Ambiente, Alimentos, Energia, Logística, Mecânica e Vestuário.

Assessoria e Consultoria em Meio Ambiente: Diagnóstico, orientação e solução de problemas nas áreas de saneamento e meio ambiente, tais como: apoio na utilização racional de recursos naturais (legislação e gestão de resíduos) e no uso de “tecnologias de produção mais limpa”, tratamento de efluentes, implantação de sistemas de gestão ambiental e soluções no que tange ao passivo ambiental.

Para utilizar os nossos serviços e encontrar a melhor solução para sua indústria, solicite-nos uma visita pelo telefone (98) 2109-1872 ou site: www.fiema.org.br.

O Brasil tem a nobre tarefa de alimentar o mundo, o que se traduz para o País não apenas como um desafio, mas também como uma oportunidade de crescimento econômico. Em entrevista com Elisio Contini, chefe adjunto do Núcleo de Estudos Estratégicos do Centro de Estudos Estratégicos e Capacitação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o leitor entrará em contato com o cenário, perspectivas e desafios para o agronegócio nacional e maranhense.

Na matéria de capa, como a criação de uma linha regular de contêiner no Porto do Itaqui, inicialmente para transportar ferro níquel da Vale, pode favorecer produtores e indústrias locais, ampliando o leque da pauta exportadora do Maranhão e agregando valor aos produtos do Estado.

Você fica sabendo também como foram as negociações para a regularização do Distrito Industrial de São Luís e a implicação disso para os novos empreendimentos; a revolução das vendas do comércio com a criação dos sites de compras coletivas e os projetos preparativos para as comemorações dos 400 anos de São Luís, em setembro de 2012.

Boa leitura e até a próxima edição.

Maranhão Industrial



Mercado 16

Sites de compras coletivas impulsionam empresas em todo o País



Capa 20

Mercado internacional mais próximo das indústrias e produtores locais



Meio Ambiente 28

Uma solução para o Distrito Industrial de São Luís



Cultura 34

São Luís: 400 anos de história

SEÇÕES

Palavra do presidente 5

Recortes 6

Entrevista 10

Comércio Exterior 19

Capacitação para exportar aprimora produção interna



PALAVRA DO PRESIDENTE

Edilson Baldez *

43 ANOS DE Fiemma

Viver em um mundo onde as mudanças acontecem cada dia mais rapidamente nos faz pensar em como a manutenção de alguns valores como o respeito e a consideração à individualidade podem fazer a diferença quando o assunto é o bem comum.

Nos nossos negócios, tanto quanto no planeta Terra, é a variedade que torna a nossa vida interessante. É preciso saber identificar e aproveitar o talento de colaboradores com perfis distintos. Tanto quanto um dos nossos professores que atende aos alunos da Educação Básica ou um alto executivo que seja responsável por decisões que influenciam toda a cadeia produtiva têm a importância de integrar um conjunto que, se visto em partes isoladas, perde a própria função.

O Sistema Fiemma é, assim como o nosso planeta, resultado da soma de inúmeros talentos. Talentos esses que fazem parte da nossa história ao longo dos anos em cada ação empreendida em prol do crescimento comum, em cada gota de suor despendida para a constituição e o fortalecimento das quatro casas que fazem o Sistema (Sesi, Senai, IEL e Fiemma).

As mudanças estão acontecendo regularmente mundo afora e, certamente, elas não vão parar, seja na economia, nas relações sociais e em suas novas formas, ou mesmo nas rotinas de produção, que devem ser constantemente avaliadas para que as devidas adequações às demandas do mercado aconteçam.

Cabe a nós buscar a união capaz de nos manter erguidos diante dos desafios que se apresentam. No Maranhão, por exemplo, a chegada de investimentos em diversas frentes desafia os trabalhadores dessa terra a buscarmos postos de trabalho que não podem e que não devem ser preenchidos somente por quem vem de fora. É preciso atenção para aproveitar as oportunidades que, em algumas ocasiões, tendem a passar despercebidas para transformar desafios em possibilidade de crescimento.

Nessa direção, nossa gestão à frente do Sistema Fiemma não tem medido esforços para dar vazão às ações de formação de mão de obra especializada em todos os níveis, do básico ao superior, sempre valorizando o que de melhor o maranhense possui: a força e a vontade de vencer, fazendo o intercâmbio entre a sala de aula e o mercado de trabalho por meio de programas que estimulam o desenvolvimento pessoal dos futuros profissionais.

Também temos trabalhado em favor do bem estar e da saúde dos trabalhadores da indústria e de seus dependentes por meio do desenvolvimento de ações nas áreas de esporte, lazer, prevenção e tratamento de doenças. Tudo para assegurar que eles possam contar com a nossa gestão tanto quanto nós contamos com a força de trabalho de cada um, da portaria ao gabinete.

O aniversário de 43 anos da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiemma) é um belo exemplo de como essa integração faz total diferença. Além do bolo e das velas, típicos em ocasiões como essa, sinto a obrigação de saudar cada pessoa que tem apoiado essa instituição com a força de seu trabalho.

Temos valorizado, ao longo dessas quatro décadas, o fortalecimento de uma das mais expressivas entidades em favor das indústrias no Maranhão. Por isso, fazer parte dessa história é algo que motiva a nossa gestão a buscar mais e mais conquistas para a indústria e para os trabalhadores do Estado no que se refere a autonomia econômica e a produção no Estado, seja pelo encaminhamento de estudos específicos ou pela efetivação de projetos arrojados e dinâmicos que representam benefícios reais para toda a sociedade maranhense.

Por isso, desejo uma boa leitura e que, nos textos que fazem essa publicação, você possa encontrar exemplos de como os nossos destinos podem ser definidos por nós mesmos com base no que planejamos, e não deixados às investidas do acaso. ■

**Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão.*

OPORTUNIDADE DE CARREIRA

A Associação Brasileira de Recursos Humanos realizou pela primeira vez em São Luís o Projeto ABRH na Praça, que acontece simultaneamente em várias capitais brasileiras desde 2005. Com atendimento totalmente gratuito, prestado por profissionais voluntários de consultoria e recrutamento de pessoal, e com o apoio de organizações públicas e privadas, o “ABRH na Praça” tem o objetivo de orientar as pessoas sobre as novas chances que o País vem mostrando e amplas oportunidades de emprego, renda e desenvolvimento profissional. Em São Luís, recebeu o apoio de empresas como Vale, Alumar e Grupo Fribal.



AUMENTO DA ARRECADAÇÃO

Visando recuperar a arrecadação do ICMS, responsável por quase 40% do orçamento do Estado, o Governo lançou o Programa Viva Nota. A previsão é distribuir, apenas em 2011, mais de R\$ 1 milhão em dinheiro aos consumidores, além da aquisição de 500 mil ingressos ao preço unitário de R\$ 4,00 junto à entidade representativa dos clubes de futebol profissional do Maranhão. No mês de setembro, os segmentos integrantes foram bares, restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, roupas, calçados e acessórios, jogos eletrônicos, equipamentos de informática e softwares.

PRÊMIO CNI DE JORNALISMO

A Confederação Nacional da Indústria irá distribuir R\$ 240 mil em prêmios para os melhores trabalhos jornalísticos inscritos e publicados em rádio, jornal, revista, TV e internet. O Prêmio CNI de Jornalismo tem por objetivo reconhecer o papel da imprensa e seu compromisso com a agenda do desenvolvimento do País. Também serão premiados os melhores trabalhos jornalísticos nas áreas de educação e inovação. As inscrições estão abertas até 5 de abril de 2012. Mais informações e o regulamento estão disponíveis no site www.premiocnidejornalismo.com.br.

SEGURANÇA PORTUÁRIA

A comunidade portuária de São Luís assumiu em agosto o compromisso em torno do Plano de Auxílio Mútuo (PAM) visando a ajuda entre as empresas do setor em casos de acidentes ambientais, desastres e incêndios. O pacto prevê a utilização em comum de recursos humanos e materiais com vistas a preservar a vida dos trabalhadores, a segurança das operações portuárias e o patrimônio das empresas. A Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP) é responsável por essa articulação.





LICITAÇÃO DO TEGRAM

Empresas de logística e do agronegócio, nacionais e internacionais, estão atentas ao processo de licitação do Terminal de Grãos do Maranhão, um projeto estruturante adaptado à crescente demanda do mercado brasileiro por armazenagem e exportação de grãos, especialmente soja. Os vencedores que irão construir os primeiros quatro armazéns e a estrutura de recepção e expedição ferroviária, com capacidade para até 5 milhões de toneladas, serão conhecidos dia 18 de outubro, data de abertura das propostas. O investimento da primeira etapa, sendo três no total, é de R\$ 262 milhões e a previsão é de que o TEGRAM comece a funcionar no segundo semestre de 2013.

INSUMOS INDUSTRIAIS

No primeiro trimestre do ano, de acordo com dados do Instituto Maranhense de Economia (IMESC), as importações continuam crescendo (5,8%), mas a um ritmo abaixo daquele verificado em 2010 (91,4%). Ao contrário de 2010, o impulso não foi dado pelos derivados e lubrificantes, mas por bens de consumo como insumos industriais.

EXPORTAÇÃO EM QUEDA

As exportações tiveram um decréscimo nos três primeiros meses de 2011 em comparação com o mesmo período do ano passado no que se refere ao valor (-32,8%) e quantidade (-91,5%). Nesse cenário, a participação das receitas oriundas do complexo alumínio passou de 20,91% para 35,19%.

RELÓGIO DE PONTO

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) alterou para 3 de outubro o prazo para que as empresas utilizem o Sistema Registrado Eletrônico de Ponto – SREP. O prazo inicial era 1º de setembro. A mudança se deu em função do recebimento de recursos por parte de Confederações Patronais, no âmbito do Governo Federal e, segundo o MTE, visa também assegurar a efetiva conclusão do diálogo iniciado com diferentes setores da sociedade brasileira a fim de aperfeiçoar o sistema.



BANCO DE IMAGENS

INCLUSÃO DIGITAL

Análise do Instituto Brasileiro de Pesquisas Econômicas (IPEA) publicado em setembro aponta alguns ajustes na política de inclusão digital visando ampliar o acesso do brasileiro à Internet. Entre eles estão a insuficiência da atual política de desoneração de tributos para computadores pessoais, que deveria levar em consideração novas formas de acesso – em especial o telefone móvel e o televisor – como opções de acesso à Internet pela população de baixa renda e a criação de mais telecentros públicos. Outro ponto é a parceria do Sistema “S” no sentido de estimular a criação de novos cursos e vagas voltadas para a capacitação da população. O estudo sugere ainda a criação de modelos de negócios que ampliem a inclusão digital das famílias na base da pirâmide, como a oferta de planos pré-pagos e de preços fracionados para acesso à Internet. Em vez de planos mensais é necessário oferecer acessos por faixas de horário ou capacidade de tráfego.

SALDO POSITIVO

O Maranhão teve uma variação positiva na evolução de emprego nos últimos 12 meses, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregos (CAGED), de 5,03%. Em todo o País o percentual é de 6,27%. Em 2011, essa variação é de 2,69% a.a. e de 0,74% em julho. No último ano, o comércio teve variação de 8,19%; Serviços, de 7,64%; Indústria de Transformação, de 6,53%; e Agropecuária, de 5,51%. Apenas o setor da Construção Civil teve um saldo negativo no período, de – 5,35%, o que representa 3.534 postos de trabalho a menos.



EDUCAÇÃO EMPRESARIAL

O Instituto Euvaldo Lodi do Maranhão (IEL-MA) foi um dos sete escolhidos no Brasil para firmar parceria com a HSM Educação. O objetivo é capacitar gestores de empresas com foco nos resultados. As aulas serão sobre questões como orçamento e controle, liderança e gestão de pessoas, estratégia empresarial, marketing e análise de viabilidade de projetos, além de contar com prática empresarial focada nos problemas reais da empresa. A parceria irá render aos empresários locais o diferencial para competitividade com empresas de fora.

ENTRE AS MELHORES DO PAÍS

Pela primeira vez no ranking das “Melhores Empresas para Trabalhar – Brasil”, está a Cemar, única instituição maranhense, até agora, a entrar na seleta lista composta por empresas como Google, Alcoa, Ticket, Coca-Cola, entre outras. O estudo conduzido pela Great Place to Work®, teve a participação de 1000 empresas de todo o Brasil e foi publicado em edição especial da revista Época/Guia Melhores Empresas para Trabalhar 2011/2012, em agosto. Segundo o presidente da Cemar, Augusto Miranda, este reconhecimento incentiva não só a Cemar, mas todas as empresas maranhenses a adotarem melhores práticas na gestão de pessoas.

REPRESENTATIVIDADE

Mais três sindicatos se filiaram à Fieema este ano. São eles: Sindicato da Indústria de Bebidas, Refrigerantes, Água Mineral e Aguardente do Estado do Maranhão (SINDI-BEBIDAS), cujo presidente é Nilson Tagliari; Sindicato da Indústria Moveleira do Maranhão (Sindimóveis), representado por Ana Lúcia de Oliveira Fernandes, e o Sindicato dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Maranhão e do Pará (Sindicanálcool), presidido por Cintia Cristina Ticianeli. Este último já existia. Foi fundado em 10/08/2000, porém estava desativado. Com a criação dos novos sindicatos, já são 29 no total. ■

“Proibir a produção no cerrado implicará comprometer o abastecimento de alimentos para o mundo”

Por Cíntia Machado

Pesquisador e chefe adjunto do Núcleo de Estudos Estratégicos do Centro de Estudos Estratégicos e Capacitação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Elisio Contini, que já representou a Embrapa no Conselho Diretor do Consórcio dos Centros Internacionais de Pesquisa Agropecuária (CGIAR), esteve em São Luís em setembro para participar do XXVII Congresso Brasileiro de Agronomia e do IV Congresso Panamericano de Engenheiros de Agronomia. Contini, que tratou do tema fronteiras agrícolas, concedeu entrevista exclusiva à Revista Maranhão Industrial na qual ressaltou o papel do Brasil como um produtor mundial de alimentos e os problemas que podem travar essa perspectiva. Ele destacou a importância estratégica do Maranhão, com a Ferrovia Norte-Sul e o Porto do Itaqui, para o agronegócio nacional e o desenvolvimento da suinocultura e avicultura a partir da concentração de soja no Estado.



Revista Maranhão Industrial – Quais as perspectivas para o agronegócio nacional?

Elisio Contini - Dois fatores principais impulsionam a necessidade de mais produtos do agronegócio: o aumento da população e a elevação de renda. Segundo as Nações Unidas, em 2050 seremos 9 bilhões de seres humanos, ou seja, mais 2 bilhões de pessoas a serem alimentados. Populações ainda pobres, como na China e na Índia, aumentarão sua renda e procurarão produtos mais nobres, como carnes. Aí estão oportunidades “de ouro” do agronegócio brasileiro, mas também responsabilidades de alimentar um mundo mais populoso e menos pobre, o qual demanda alimentos saudáveis. O Brasil tem terra, gente empreendedora, inclusive pequenos produtores, que podem aumentar a produção, e tecnologia tropical. Há produtos mais dinâmicos, como soja, carnes, açúcar e produtos florestais. Mas, a prioridade é abastecer adequadamente a mesa dos brasileiros, o nosso mercado interno que também cresce.

MI – Quais os principais entraves do País para o nosso crescimento nessa área?

EC - O principal entrave é a deficiência crônica da infraestrutura no Brasil, o que inclui estradas mal conservadas, poucas ferrovias eficientes e portos mal aparelhados. Transporte a

longas distâncias e caro compromete a rentabilidade do produtor e a competitividade dos nossos produtos nos mercados interno e internacional. Segundo estudo do Banco Mundial, de 2009, entre os principais Países produtores agrícolas (Estados Unidos, China, Índia, Rússia e Canadá), o Brasil tem o pior sistema de

“O Brasil pode se transformar num importante supridor de alimentos para o mundo. Temos terras, podemos aumentar a produtividade, temos agricultores competentes e tecnologias apropriadas a uma agricultura tropical.”

estradas asfaltadas e de ferrovias. Segundo levantamento da Confederação Nacional de Transporte (CNT, 2004), apenas 25,3% das estradas brasileiras foram classificadas como ótimas ou boas. Há outros entraves para o crescimento da produção agro-

pecuária brasileira, destacando-se a reformulação do Código Florestal, hoje no Congresso Nacional; a permanente preocupação com o desenvolvimento e adoção de tecnologias, com a proteção sanitária e fitossanitária, e deficiências na ação governamental e privada para ampliar as exportações. Por fim, de nada adiantam todas essas ações sem a rentabilidade para o produtor rural. Nestes dois últimos anos, os preços da maioria dos produtos permitem que os produtores ganhem dinheiro, pelo menos na média. É um bom sinal!

MI – Quais as contribuições da Embrapa para tornar o Brasil uma referência na área de tecnologia voltada para o agronegócio? Podemos nos consolidar como o País que ‘alimenta o mundo’?

EC - A Embrapa, junto com institutos estaduais, universidade de Ciências agrárias e setor privado, são responsáveis por geração e difusão de tecnologias agropecuárias. Nos últimos 35 anos, o progresso tem sido considerável. No caso dos cerrados, tecnologias permitiram o cultivo de grãos em áreas antes marginais. O Brasil pode se transformar num importante supridor de alimentos para o mundo. Temos terras, podemos aumentar a produtividade, temos agricultores competentes e tecnologias apropriados a uma agricultura tropical. A pesquisa

agropecuária é uma atividade permanente porque precisamos aumentar a nossa eficiência produtiva, considerando ainda que os nossos competidores, como os Estados Unidos, estão investindo pesado em Ciência e tecnologia. Além de alimentos, há o desafio de produção de energia limpa para a qual o Brasil tem apresentado bom desempenho, via etanol de cana-de-açúcar.

MI – Como o Maranhão pode contribuir para o agronegócio nacional, considerando a sua posição estratégica em relação aos produtores do Centro-Oeste e proximidade dos grandes mercados internacionais?

EC – O desenvolvimento do agronegócio no Maranhão teve um longo período caracterizado por produzir culturas tradicionais, destinadas ao consumo de seus habitantes. Em anos mais recentes, a produção se expande nos cerrados maranhenses, com culturas dinâmicas para a exportação. Em 1990, a produção de soja e algodão era insignificante no Estado. Em 2009, representava 2,1% e 1,5% da produção nacional, respectivamente. Os preços das terras, menos valorizadas do que no Centro-Sul e a proximidade de grandes mercados internacionais explicam este novo dinamismo da região. A agropecuária do Maranhão está em transformação, com forte expansão e saberá usufruir nos próximos anos de

sua posição geográfica privilegiada, com disponibilidade de razoável infraestrutura, como a Ferrovia Norte-Sul e o Porto de Itaqui.

MI – Especialmente no que se refere ao beneficiamento, transporte e comercialização, como o Maranhão poderia se destacar considerando a atual produção/escoamento de grãos e de frutas, por exemplo?

A agropecuária do Maranhão está em transformação, com forte expansão e saberá usufruir nos próximos anos de sua posição geográfica privilegiada, com disponibilidade de razoável infraestrutura, como a Ferrovia Norte-Sul e o Porto de Itaqui.

EC – A presença do Porto de Itaqui é uma vantagem competitiva do Estado do Maranhão. Seria uma decisão estratégica processar soja, agregando valor, ao invés de exportar grãos. Ou melhor, exportar soja e milho na carne de frango ou suínos, au-

mentando o valor agregado. Há um ditado que diz: para onde caminha o milho e a soja, vão atrás suínos e aves. Esta pode ser uma estratégia de médio a longo prazos, que envolve os Governos Estadual e Federal e o setor privado. Quanto à produção e exportação de frutas tropicais, o desempenho do Brasil tem sido modesto, pelo potencial que apresenta. Os mercados dinâmicos dos Países desenvolvidos são exigentes quanto à qualidade e regularidade no fornecimento de produtos. Não soubemos explorar o potencial desses mercados, como faz o Chile. Esta não é uma tarefa de um pequeno grupo de agricultores, isolados, mas envolve estratégias amplas, tanto de produção como de comercialização e marketing. Um sistema que deu certo no Centro-Sul na produção de suínos e aves foi a integração dos produtores a grandes empresas processadoras e fornecedoras de insumos e tecnologia. Um modelo parecido não poderia ser adaptado ao setor de frutas? Este é um desafio!

MI – Como resolver o impasse em relação às últimas fronteiras agrícolas, no caso do Cerrado, e da Amazônia Legal, com suas limitações, e a necessidade de produção cada vez maior de alimentos?

EC – Não é um assunto elementar. Envolve controvérsias, interesses econômicos e

ideológicos. Temos que discutir e resolver essa controvérsia entre a necessidade de produção e aspectos conservacionistas de forma racional, com base em informações e na Ciência. Quando há lacunas, o “acho” predomina e os interesses pessoais ou de grupos determinam o que vai ser feito. Há partes da Amazônia Legal, como o Núcleo da Floresta, que devem ser conservadas. Do ponto de vista econômico, também seria inviável sua exploração, devido aos altos custos e do ponto de vista ambiental, um desastre. Na Amazônia Legal, o Brasil pode explorar bem os 18% que já foram abertos para culturas. Concentrar na Amazônia culturas perenes, como o cacau, o café e produção racional de castanha do Pará e de frutas. Não entendo porquê na Amazônia não há um programa de aquicultura, para a produção de peixes, com a quantidade de água de que dispõe a Região. Outro produto viável é o dendê para a produção de biodiesel. O Pará está implementando um programa ambicioso. Existem estudos e ideias inovadoras para se transformarem em projetos de sucesso, mas tem que envolver políticas governamentais e o setor privado. Quanto ao cerrado, conservados os percentuais legais, é a nossa fronteira agrícola que deve ser explorada racionalmente, com sustentabilidade. É a garantia de alimentos baratos

para o povo brasileiro e para outros Países que não detém mais terras, como a China e a Índia. Sofremos pressão de Países desenvolvidos para conservar nossas florestas; pressão maior virá de Países populosos para que seja garantido o suprimento de alimentos para sua população. Os cerrados são a nossa reserva de alimentos. Proibir a produção na

Sofremos pressão de Países desenvolvidos para conservar nossas florestas; pressão maior virá de Países populosos para que seja garantido o suprimento de alimentos para sua população.

região implicará comprometer o abastecimento de alimentos para os brasileiros e para o mundo.

MI - A grande produção de alimentos no Brasil reflete na mesma intensidade na qualidade de vida de quem produz, especialmente os pequenos produtores rurais, e nos garante ter segurança alimentar, autossuficiência?

AB - Nas últimas déca-

das, parte considerável da pobreza rural deslocou-se para as cidades. Este fenômeno foi mais intenso no Centro-Sul e menos no Nordeste, onde ainda existem pequenos produtores em Estado de miséria. Eliminar a pobreza é uma responsabilidade da sociedade brasileira e do Governo. Muitos pequenos produtores têm capacidade de aumentar sua produção, inserir-se no mercado e melhorar sua qualidade de vida. Quem possuir pequenas áreas deverá ser orientado e ajudado a implementar cultivos de alta densidade econômica, como frutas e peixes. A extensão rural pública tem responsabilidade de orientar esses agricultores na forma de produzir, conservar os recursos naturais e ganhar dinheiro. Os agricultores inseridos no mercado, como os produtores de grãos no Cerrado do Maranhão, conhecem o que e como plantar, comercializam sua produção e possuem boa qualidade de vida. O desafio é transformar pequenos agricultores em empresários bem sucedidos. Em décadas passadas, muitos pequenos agricultores de grãos do Sul do Brasil transformaram-se em grandes produtores. Seria possível fazer isso no Maranhão? ■

Chegou Vivo Direto.

É mais que rádio.
É ilimitado e com
a maior cobertura
do Brasil.



Com Vivo Direto, você fala ilimitado, em um toque, com qualquer Vivo Direto do Brasil. É a maior cobertura do país para falar direto com seus funcionários, clientes, família e amigos. E você ainda tem todas as outras vantagens do seu Vivo num único aparelho e num único número.

Conheça planos para você e sua empresa em www.vivo.com.br/vivodireto

POR APENAS
R\$ 29,90 /MÊS

vivo
DIRETO

vivo Conexão como nenhuma outra.

Sobre o serviço Vivo Direto: ligações ilimitadas para outros assinantes do serviço Vivo Direto. O valor mensal de R\$ 29,90 é promocional, com tributos, sujeito a alteração conforme legislação. Serviço exclusivo para clientes Vivo GSM Pós-pago e condicionado à aquisição de um terminal PTT (Push-To-Talk). O Vivo Direto é um serviço de valor agregado que permite ao cliente realizar chamadas nacionais para outro assinante do Vivo Direto dentro da área de cobertura da Vivo e possui renovação automática. Antes de contratar o Vivo Direto, consulte o Termo de Uso do Serviço e verifique os aparelhos compatíveis em www.vivo.com.br/vivodireto. A Vivo possui a maior cobertura do país, conforme o site www.teleco.com.br, em 3/5/2011.



e-commerce

Sites de compras coletivas impulsionam empresas em todo o País

Por Nina Mochel

Com promoções diárias e diversificadas, as páginas de compras coletivas na Internet crescem vertiginosamente no Brasil. De fevereiro a junho de 2011, mais de 850 novos sites surgiram na rede mundial de computadores, somando aproximadamente dois mil ao todo. O incremento foi superior a 80% e, de fato, surpreende, considerando que a modalidade de comércio chegou ao País há apenas um ano. No ano passado, R\$ 10,5 milhões foram movimentados com compras coletivas. Para 2011, espera-se R\$ 1 bilhão, somente com a venda de cupons, dizem os especialistas. Em São Luís, mais de 10 empresas estão no mercado.

Além dos mais conhecidos, como GroupOn, Peixe Urbano, ClickOn, existem ainda os sites de vendas coletivas segmentadas, direcionados a públicos específicos. Um dos exemplos é o site Benefícios para a Indústria,

lançado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e que oferece produtos e serviços exclusivos para o setor, como cursos profissionalizantes na área, maquinário para indústria, consultorias, entre outros. Há também páginas somente para o meio rural. E assim por diante.

No Maranhão, o mercado cresce na mesma proporção. São Luís já possui mais de 10 sites no ar, com descontos em produtos que variam entre 10 e 90%. Assim como no restante do País, as principais ofertas são direcionadas ao público feminino (beleza e estética) ou são no ramo da gastronomia (bares e restaurantes). Mas crescem também parcerias no setor de turismo, automotivos e entretenimento, além de outros nichos de mercado.

Mais do que conforto e comodidade, o maior atrativo do negócio é, sem dúvida, pagar menos por produtos que custariam mais no mercado tradicional. É o que pensa a funcionária pública federal, Denise Brito, assídua consumidora de mercadorias pela Internet. A advogada fez sua primeira compra no site ClickOn no início do ano, em São Luís. Desde então, já é rotina fazer ronda virtual e checar as promoções do dia em seu e-mail e nas redes sociais.

“Quando entro em sites de relacionamento clico logo nas ofertas do dia. Já comprei coisas diferentes, de moldura para quadros a cupons de desconto em lojas de roupas. Nunca tive problemas”, conta. Já o fotógrafo e publicitário Bruno Andrés Mendonça confessa que teve receio ao realizar a sua primeira compra virtual. “Tive interesse em um produto, mas resolvi conversar com um amigo meu, especialista em informática, para saber se era seguro mesmo”. Bruno não se arrepende. “É mais barato. Eu recomendo”. Hoje a quantidade de itens é tão grande para venda coletiva que é possível ser mais exigente na hora de comprar. “Prefiro as

ofertas sem muitas limitações. Hora marcada e dias específicos da semana para ser atendida não me atraem muito”, afirma Denise Brito.

Segundo o coordenador de vendas do site Peixe Urbano em São Luís, José Adriano Cordeiro Sarney, é necessário limitar para garantir a qualidade do serviço. “Levamos em conta a capacidade de atendimento do estabelecimento, o número de funcionários. É tudo muito programado para que o cliente se satisfaça com a compra e volte a utilizar o site”, explica.

Para Adriano, mais que aumentar o número de vendas, as empresas ganham em divulgação ao anunciar em sites de compras coletivas. “A verdade é que é um produto de marketing, de divulgação, a um custo muito baixo. Os estabelecimentos têm a oportunidade de receber milhares de clientes que talvez nunca passassem por lá”, disse o coordenador, que já firmou parcerias com mais de 500 empresas em São Luís.

Segundo ele, o site faz muita propaganda na própria Internet, em especial nas redes sociais como Facebook, Twitter e Orkut. Essa alimentação diária de anúncios garante o acesso crescente do internauta à compra coletiva, já que as ofertas surgem em *banners* na página pessoal do usuário da rede social.

Para o professor e consultor Marcos Cobra, autor de mais de 40 livros em Marketing e Vendas e diretor do Instituto Latino Americano de Marketing de São Paulo, a rede social é um espaço produtivo para vendas coletivas. “Sem dúvida facilita o acesso, cria uma referência que não existia antes. A pessoa se sente mais animada a comprar”, pontua. Fora a vantagem econômica, Marcos Cobra afirma que a compra coletiva tem uma vantagem social muito grande, possibilitando ao usuário o acesso a lugares e serviços de qualidade que talvez, sozinho, ele

não pudesse usufruir. “O interessante é que as empresas mantenham a qualidade do que anunciam”, disse o especialista.

Élida Tamara Rocha Lima concorda. Junto com o pai, a empresária administra a Confraria Uchôa, restaurante localizado na área comercial do Renascença. Há três meses começou a anunciar em um site de compras coletivas em São Luís e já conquistou centenas de novos clientes. Nesse período, venderam mais de 800 cupons. “Quem vem, sempre volta e traz os amigos. O site foi o melhor investimento que fizemos. É uma propaganda prática, rápida e tem retorno imediato”, elogia satisfeita.

Para João Torres, superintendente da Federação do Comércio do Estado do Maranhão (Fecomércio), as compras pela Internet têm

influenciado o mercado tradicional em todo o Brasil. E a tendência é expandir para mais cidades brasileiras e segmentar cada vez mais.

De modo geral, o mercado eletrônico movimentou em 2010 quase R\$ 15 bilhões. Só as compras coletivas, em seu ano de estreia no Brasil, movimentaram mais de R\$ 10,5 milhões e o Maranhão segue proporcionalmente nesse ritmo.

“O maranhense está cada vez mais conectado à Internet e às redes sociais, e, consequentemente, atento às oportunidades de negócios que podem surgir na rede de computadores”. Para Torres, as compras coletivas representam um novo padrão de comportamento do consumidor moderno. Participar desse modelo é estar atento às tendências do mercado. ■

Sites de compras coletivas em São Luís

Peixe Urbano – www.peixurbano.com.br
ClickOn – www.clickon.com.br
Barato Coletivo – www.baratocoletivo.com.br
Maranhando – www.maranhando.com.br
Local Clube - www.localclub.com.br
City Best – www.citybest.com.br
Nosso Desconto – www.nossodesconto.com.br
Vale Junto – www.valejunto.com.br
Oferta Única – www.ofertaunica.com.br
Bananarama – www.bananarama.com.br
Save-me – www.saveme.com.br
Rede Coletiva – www.redecoletiva.com.br
Jornal do Lar – www.jornaldolar.com.br



Capacitação para exportar aprimora produção interna



Os setores de Confecção e de Higiene são os que mais têm avançado na internacionalização de empresas locais, especialmente para os Países do Mercosul, como a Argentina. O resultado é fruto do trabalho de capacitação empresarial e de consultoria em Comércio Exterior realizado nos últimos anos pelo Centro Internacional de Negócios (CIN), da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema). Indústrias de móveis e de Tecnologia da Informação (TI) também possuem grande potencial para exportação.

Para manter um programa que desenvolva as empresas locais com interesse em mercados internacionais, o CIN trabalha em parceria com o Sebrae. “É feito um estudo de viabilidade de

exportação de cada produto, com análise de mercado, adequação de rótulos, marketing e preço”, explica o coordenador do CIN, Cassiano Júnior, acrescentando que o Centro trabalha alinhado à política da Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

As empresas interessadas contam com consultoria que, além de prospectar mercado para produtos específicos, auxilia na participação em feiras internacionais e rodadas de negócio, assim como na negociação do produto. Atualmente, 10 empresas estão integradas ao programa. “As empresas maranhenses têm produtos com viabilidade de exportação e mercado garantido. O Brasil é visto hoje como a ‘galinha dos ovos de ouro’ e o produto nacional é bem aceito lá fora”, destaca Cassiano Júnior.

A presidente do Sindicato das Indústrias de Malharia e Confecção de Roupas em Geral do Estado do Maranhão (Sindinvest), Ana Ruth Nunes Mendonça, concorda: “O setor de Confecções tem qualidade nos seus produtos, mas ainda falta incentivo para o empresariado local conhecer melhor os demais mercados”, frisa.

Uma das principais consequências desse esforço coordenado de internacionalização das empresas do Maranhão é que, à medida que elas se adequam às exigências dos demais países, melhoram também a produção destinada ao mercado local. Sobre a primeira exportação, o CIN recomenda que seja feita por meio de *traders* até que o empresário iniciante nesse tipo de negócio possa adquirir conhecimento suficiente para fazê-lo por conta própria. ■

CONTÊINER MERCADO INTERNACIONAL INDÚSTRIAS E PRODUTOS



NAL MAIS PRÓXIMO DAS ORES LOCAIS



Por Cíntia Machado

A consolidação de uma linha regular de contêiner no Porto do Itaqui abre novas perspectivas para a indústria local, tanto para o mercado brasileiro, com a maior exploração da navegação de cabotagem, quanto para mercados internacionais. Ferro níquel e carne, esta em fase de teste - já estão sendo embarcados e deverão ser somados a outras cargas, como madeira, manganês, maquinário e cargas de projetos.

Com a previsão de exportar por ano 10 mil TEUS, o equivalente a 220 mil toneladas, a armadora CMA CGM iniciou em maio deste ano a exportação de ferro níquel da Vale. A matéria-prima é extraída da mina de Onça Puma, em Ourilândia, e segue até Parauapebas, ambas cidades localizadas no Pará. O primeiro trecho é rodoviário e a partir do segundo município a carga chega ao Porto do Itaqui, em São Luís, pela Estrada de Ferro Carajás. O destino da carga, que será utilizada na fabricação de aço, tem sido Estados Unidos, Europa, Taiwan, China e Japão. Os embarques - cinco no total este ano - marcaram também o início das operações da mineradora com esse tipo de carga.



O diretor de Operações da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Gustavo Lago, disse que a linha de contêiner inaugura outras possibilidades de novos negócios e demonstra a versatilidade do porto ao atender demandas além da sua vocação graneleira. O raciocínio é bastante simples: com as saídas programadas de navios porta-contêineres, mesmo quem não produz em grande escala pode exportar, desde que aliado com outros produtores e/ou fabricantes, já que não precisará formar estoque.

A utilização de contêiner, explicou Lago, possibilita a pulverização de usuários de um mesmo navio e, portanto, elimina a exigência de formação de estoque individual. “É justamente no segmento de cargas contêinerizadas que a retomada da navegação de cabotagem - modalidade na qual as embarcações transitam entre portos do mesmo País ou bloco econômico

- tem apresentado os resultados mais animadores e alguns armadores estão apostando alto, realizando investimentos de grande expressão”, destaca. Para se ter idéia da importância, a EMAP elegeu as operações em contêiner como prioridade em seu Plano Estratégico.

Uma demonstração desse potencial é a entrada da CMA CGM no mercado local. Empresa que atende em todos os continentes e em mais de 150 países, é a terceira maior transportadora marítima do mundo, com 600 agências e 385 navios.

“A nossa aposta no Porto do Itaqui é de uma escala regular semanal, mas para isso serão necessários vários investimentos na infraestrutura portuária, tanto para carga seca como refrigerada, como um pátio de contêineres, novas tomadas para contêineres frigoríficos, política de tempo livre para armazenagem visando



atração de novos clientes e a manutenção de uma câmara frigorífica para inspeção sanitária, uma exigência do Ministério da Agricultura”, sintetiza Alessandro Fernandes, gerente regional norte da CMA CGM.

Além de ferro níquel, a CMA CGM trabalha com outras cargas como alumínio, ferro gusa e manganês com potencial para exportação de madeira já beneficiada. “Outro mercado enorme para o Maranhão seria a importação, que hoje chega pelo Ceará e só então, depois do custo logístico com o transporte ferroviário, chega ao Estado. “Estamos fazendo um trabalho forte junto às importadoras e a Associação Comercial do Maranhão (ACM) no sentido de eliminarmos esse custo adicional, mas a importação precisa de incentivos como o *free-time*, tempo livre para armazenagem”, explica Fernandes. Isso abriria as portas do Estado para a chegada de peças, maquinários e cargas de pro-

jeto em maior quantidade, a exemplo da fábrica da Suzano, em Imperatriz, por via marítima.

Depois do ferro níquel, a CMA CGM realizou testes com os contêineres refrigerados. O embarque-piloto foi realizado em agosto deste ano, com carne bovina da JBS, um gigante do setor de alimentos, sendo a maior do mundo em processamento de proteína animal. Além disso, trabalha com a fabricação de couro, biodiesel, colágeno e latas. O Grupo dispõe de 140 unidades em todo o mundo.

As 25 toneladas de carne bovina embarcadas em contêineres refrigerados viajaram da unidade da JBS em Marabá pela Estrada de Ferro Carajás até a sua entrega no Porto do Itaqui.

LIMITAÇÕES PARA A CARNE BOVINA MARANHENSE

Um dos maiores produtores de carne suína do Estado, a Agrolusa, coloca no mercado de São Luís 100 mil toneladas do produto por mês. A curto prazo, a meta é interiorizar a empresa para atender todo Maranhão e em seguida expandir para os Estados do Piauí, Pará e Tocantins. A Agrolusa prevê que em 10 anos, com o fim das barreiras sanitárias ao rebanho maranhense e finalização de reformas e ampliações feitas no Porto do Itaqui, o Estado poderá se valer ainda mais do transporte via contêiner refrigerado.

Para o gerente geral da Agrolusa, José Sousa, com o fim da ameaça da febre aftosa, conclusão das obras de infraestrutura portuária e aumento da produção de grãos com destino ao Estado, não apenas a carne suína terá um incremento que justifique a busca de mercados para exportação, mas também esses fatores irão impulsionar a avicultura e a bovinocultura, verticalizando a cadeia do agronegócio e ampliando a pauta exportadora maranhense.

“Atualmente, Estados como Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina dominam mercados como Europa e Ásia porque criaram a infraestrutura necessária. O Brasil, que está alimentando o mundo e dispõe de tecnologia para isso, acaba de abrir as portas para a África do Sul”, diz Sousa. Na opinião dele, o Maranhão será um segundo Paraná, mas para atingir esse patamar precisa de tempo e investimentos públicos e privados.

O presidente da Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (ASCEM), Marco Túlio Cavalcante Dominici, é bem mais otimista e prevê que até o próximo ano, com o índice de cobertura vacinal atingido em 2011, o Maranhão será declarado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) zona livre contra a aftosa e todas as barreiras internacionais à carne produzida no Estado serão

quebradas, tornando o Maranhão um dos maiores exportadores do País.

No Brasil, segundo dados do IBGE, de 2006, a produção de carne bovina chegou a 6,8 milhões de toneladas, das quais 1,2 milhão foi destinado à exportação. A carne suína atingiu a produção de 2,2 milhões de toneladas, sendo 484 mil toneladas para o mercado externo. Já a carne de frango corresponde a 31,7% do total de carne produzido no País. Desse total, 2,5 milhões de toneladas deixaram o mercado interno. O rebanho bovino no Maranhão é de 6,8 milhões de cabeças e de galinhas é de 2,8 milhões, segundo dados do IBGE de 2009.

Além do ferro níquel e da carne, que são produzidos em outros Estados, os produtores e industriais maranhenses poderão utilizar a nova rota para exportação de produtos que vão de frutas a móveis. Para a PHD em Agronomia pela UNESP, a professora de Agroecologia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Maria Rosângela Malheiros Silva, a fruticultura, mais que a agricultura de subsistência, é um dos caminhos mais seguros que o Estado pode percorrer para obter um maior desenvolvimento econômico e social. “Para tanto, é preciso investir em tecnologia para ampliar a produtividade a curto prazo do pequeno produtor”, antecipa. Entre as frutas com potencial de produção em grande escala e exportação estão o abacaxi e a juçara, conhecido fora do Estado como açai.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2008, sobre a cultura do abacaxi no Maranhão, a maior concentração desse cultivo está nos municípios de São Domingos e Turiacú, com perspectiva de crescimento para as próximas safras. ■

Sempre volta



AGILIDADE. DESTREZA. PRECISÃO. ARTE. PAIXÃO. PEGAMOS
EMPRESTADAS ALGUMAS DAS CARACTERÍSTICAS DO
BUMERANGUE PARA TRANSMITIR AOS NOSSOS CLIENTES
ALGUNS DOS NOSSOS VALORES. O RETORNO PARA O CLIENTE É
PROPORCIONAL AO NOSSO. SEMPRE VOLTA.



A EMPRESA QUE FAZ A REVISTA MARANHÃO INDUSTRIAL

portal-com@msn.com

Economia maranhense cresceu, mas gerou menos postos de trabalho

Felipe de Holanda*



BANCO DE IMAGENS

Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) estão aí para serem debatidos: a economia maranhense cresceu mais que o nível nacional na década recente, mas gerou proporcionalmente menos postos de trabalho. Por que isto ocorreu? O desempenho da indústria é um dos fatores principais.

No nível nacional, cujo desempenho do PIB registrou a média de 3,3% ao ano entre 2002 e 2009, enquanto a população ocupada expandiu-se à taxa de 2,3% a.a., gerando cerca de 13,7 milhões de vagas e compensando a destruição de cerca de 630 mil postos de trabalho no setor agrícola. A Indústria de Transformação, responsável por 13,5% da ocupação em 2002, gerou no período cerca de 2,2 milhões de vagas, um crescimento nada desprezível de 2,7% a.a., capaz de elevar em 0,3 ponto percentual sua participação na estrutura de ocupação. Já a Construção Civil, com expansão de 3,0% a.a. no emprego, gerou outros 1,3 milhões de vagas e teve sua participação elevada também em 0,3 ponto percentual no período.

No caso do Maranhão, o intenso crescimento econômico (o PIB cresceu 5,8% a.a. entre 2002 e 2009) levou a uma expansão da ocupação de apenas 0,6% ao ano. Em uma década de forte dinamismo do agronegócio no

Estado, em grande parte devido à expansão das áreas plantadas de soja e de reflorestamento, assistiu-se ao fechamento de 249 mil vagas no setor agropecuário, um ritmo de 3,3% a.a. Neste cenário, a Indústria de Transformação gerou apenas 10 mil postos de trabalho (expansão de 1,0% a.a.), enquanto que a Construção Civil, impulsionada pela expansão do crédito imobiliário e das obras de infraestrutura, gerou 72 mil vagas, com uma expansão de 5,3% a.a.

No Maranhão, a forte redução da ocupação agrícola mal consegue ser compensada pela expansão do emprego urbano. A extrema especialização da estrutura industrial é uma das causas do baixo dinamismo ocupacional da Indústria de Transformação. O desafio da geração de empregos no Estado passa pela capacidade de induzir atividades industriais em segmentos ligados ao mercado interno, portanto com menor vulnerabilidade aos ciclos de preços das *commodities* agrícolas e minerais. Dois importantes segmentos desde já se destacam neste aspecto: a agroindústria alimentar e o segmento de saneamento básico. ■

*Economista, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas-UFMA e Vice-presidente do CORECON-MA.

A educação superior e o desenvolvimento econômico

Professor Hermínio de Sousa Lima*



DIVULGAÇÃO

A educação superior tornou-se um forte objetivo nos últimos anos para o desenvolvimento econômico do Brasil. Ao estipular como meta o crescimento orgânico e financeiro do País, por meio dos programas do Governo Federal, o País depara-se com a falta de mão de obra especializada para cumprir os objetivos traçados.

Neste cenário encontram-se as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas destacando-se as federais e estaduais, que em sua grande maioria não suportam a demanda educacional do País, restando ao setor privado a complementação no fornecimento de uma educação de qualidade aos brasileiros. A educação superior passa a ser um investimento para toda a sociedade, principalmente para o setor produtivo, pois o indivíduo que possui uma educação superior consegue receber em média uma renda 50% superior em relação ao indivíduo que possui somente o Ensino Médio.

É mais do que necessário investir em educação superior de qualidade neste País. O Brasil cresce em média de 6 a 7% ao ano, como afirmam previsões econômicas. Para esta taxa de crescimento seriam necessários 80 mil engenheiros, mais do que o dobro existente hoje no País de acordo com a Federação Nacional de Engenheiros. Sendo que muitos dos profis-

sionais atuantes no mercado não possuem a especialização necessária para executar as tarefas inerentes à profissão. Sem falar nos setores básicos como Educação Básica e Saúde em que não é possível crescer sustentavelmente sem proporcionar qualidade de vida à população e criando uma base sólida para as novas gerações de profissionais.

Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, são vislumbrados vários investimentos nos setores de Energia, Habitação, Saneamento e Infraestrutura das cidades, Transportes, serviços sociais e urbanos. Tal Programa tem impulsionado o nosso Estado do Maranhão a crescer de forma vertiginosa no setor econômico e industrial com o advento dos novos empreendimentos industriais, agrícolas e comerciais. Para atender toda esta expectativa de crescimento é necessário estar preparado intelectualmente. É mais do que compreensível perceber a necessidade de agir em prol do crescimento econômico através da disponibilização de meios para a especialização acadêmica dos maranhenses. ■

* Diretor da Faculdade Pitágoras



FRANCISCO CAMPOS

Uma solução para o Distrito Industrial de São Luís

Por Wilson Lima

Sem licenciamento ambiental, empresários, Governo do Estado e Ministério Público buscam uma solução negociada para um impasse que pode provocar problemas no futuro.

Para atender a uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Estadual (MPE), em 12 de julho de 2011, o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Raimundo Nonato Neris Ferreira, determinou a suspensão de todo processo de licenciamento ambiental de empreendimentos planejados para se instalar no

Distrito Industrial de São Luís. No entanto, o que parecia uma medida restritiva agora é visto tanto pelo MPE quanto pela classe empresarial como um estímulo para que o poder público finalmente conclua o processo de licenciamento ambiental do DI de São Luís, que já se arrasta há seis anos.

Criado em 1980 por conta da Lei Estadual 7.646 e mesmo com a regulamentação da Lei de Uso e Ocupação do Solo do local, decretada pela Lei Municipal nº 3.253, de 19

de dezembro de 1992, nunca o Estado conseguiu regulamentar o licenciamento ambiental do DI de São Luís. Desde 2005, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) tenta regularizar a área. Na época, as primeiras tentativas ocorreram para tentar atender ao então projeto do Pólo Siderúrgico, um complexo de três usinas e duas gusarias, em uma área de 2.471 hectares, que teria capacidade de produção de 22,5 milhões de toneladas de aço. Mas algumas irregularidades apontadas na época pelo Ministério Público Estadual (MPE), principalmente nos Relatórios de Impacto Ambiental e Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) durante as discussões do licenciamento travaram esse processo de regulamentação do Distrito Industrial. No transcorrer dos anos, irregularidades apontadas pelo MPE foram sanadas no processo de licenciamento ambiental.

Paralelamente, também existe desde aquela época uma disputa de competências sobre a responsabilidade do licenciamento ambiental do DI. Desde 2005, tramitam na Justiça Federal ações que questionam o poder do Estado nas concessões de licenças ambientais para novos empreendimentos sem ter antes o aval do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para o Ministério Público Federal (MPF), qualquer iniciativa que leve à regularização da área deve passar, antes, pela outorga do Ibama no Maranhão. A justificativa é que apesar de ser uma área estadual, existem reservas de mangue, de responsabilidade da União, e os impactos econômicos do Distrito Industrial também afetam outros Estados, como o Pará, por exemplo, pela ligação da Estrada de Ferro Carajás.

Enquanto não se tinha uma definição clara sobre as regras de instalação de empresas no DI de São Luís, as licenças ambientais eram concedidas de acordo com as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), entre outras determinações ambientais

existentes, tomando como base, principalmente, os impactos negativos de determinado empreendimento dentro do DI.

Segundo o promotor Fernando Barreto, autor da ação que pediu a suspensão dos licenciamentos ambientais no DI, o que se pretende agora não é restringir os novos empreendimentos, mas organizar a chegada de novas empresas. “O que queremos é garantir a São Luís condições de receber empreendimentos com maior potencial de geração de empregos. Se você não organizar isso hoje, vai se criar um problema no futuro. Você pode hoje abrigar empreendimentos altamente poluentes que não geram empregos e depois descartar indústrias limpas que geram mais postos de trabalho. Organizando o licenciamento, essa situação acaba de uma vez por todas”, explica Barreto. “Com o licenciamento, teremos condições de abrigar sem problemas uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE)”, complementa.

Apesar da ação da 5ª Vara da Fazenda Pública ainda estar em vigor, a decisão do juiz ainda não afetou o setor empresarial. Isso porque, na interpretação da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio (Sedinc) a medida vale apenas para novos empreendimentos que estejam interessados em se instalar em São Luís. O próprio MPE concorda com essa interpretação da decisão da Justiça. Existem hoje três processos de licenciamentos ambientais na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) relacionados a novas empresas que querem se instalar no Distrito Industrial. Todos de empresas de pequeno porte.

Independentemente da interpretação, o Ministério Público Estadual elaborou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para resolver em definitivo esse problema. A ideia é simples: o Governo do Estado tem um ano para conseguir o licenciamento ambiental do Distrito Industrial e, nesse período, a Secretaria

de Meio Ambiente (Sema) poderia expedir novas autorizações para empreendimentos de pequeno e médio porte.

Até a primeira semana de setembro, a Sedinc, responsável pela negociação com o Ministério Público Estadual (MPE), ainda não havia dado uma resposta sobre o TAC ao Ministério Público Estadual, mas a expectativa era de uma formalização de acordo. A Sema também buscava uma solução negociada para esse impasse. A medida é bem vista tanto pelo MPE, quanto pelo Estado e empresários.

O presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), Benedito Bezerra Mendes, frisa que mesmo a decisão da

Justiça datada de julho não afeta o poder de atratividade de São Luís a novas indústrias. “Por enquanto não afeta. Até porque hoje o Estado está correspondendo. O TAC é apenas para apressar um processo. Não vai atrapalhar nenhum planejamento. Nós também, em conjunto, vamos dar as mãos para resolver esse impasse, declara. “Acho que a regularização vai atrair novas empresas. Também estamos trabalhando dentro do zoneamento econômico e ecológico do Estado, o qual vai trazer segurança não somente no Distrito Industrial, mas também para todo o Estado”, complementa. Em Belo Horizonte, a regularização do Distrito Industrial fomentou a atividade industrial e facilitou a entrada de novas empresas em Minas Gerais. ■



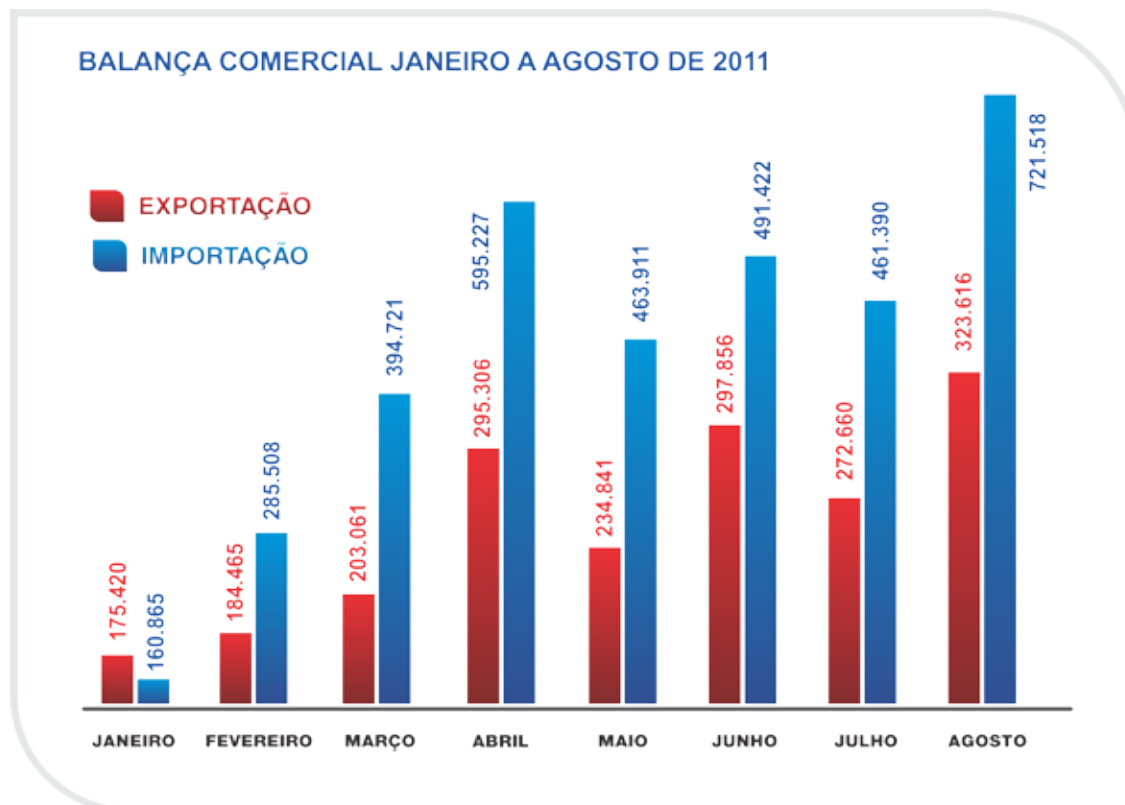
FRANCISCO CAMPOS

O Distrito Industrial de São Luís ocupa uma área de 317,8 hectares e localiza-se às margens da BR-135, na região do Maracanã. Sua distância ao Porto de Itaqui é de 18km. O DI tem toda uma estrutura necessária, como acesso rodoviário, energia elétrica, água e telefone. Várias empresas já se instala-

ram na região, como cervejaria, usina de energia, empresas de cimento, fábrica de alumínio, entre outras.

A grande característica do DI de São Luís é a sua logística. A facilidade de acesso ao Porto do Itaqui é vista como determinante para abrigar novos empreendimentos.

DÉFICIT COMERCIAL EM 2011



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC).

As exportações maranhenses cresceram 18,69% em agosto em relação ao mês anterior, totalizando US\$ 323,6 milhões. As importações subiram 56,38%, perfazendo US\$ 721,5 milhões. O resultado da balança comercial é deficitário no mês (- US\$ 397,9 milhões). No ano, o resultado é de US\$ 1,987 bilhão exportado e de US\$ 3,574 bilhões importados. No ano, o déficit da balança chega a - US\$ 1,587 milhão.

Os principais Países de destino das mercadorias maranhenses são Estados Unidos, China, Japão, Canadá e Áustria. As importações são oriundas especialmente da Índia, Estados Unidos, Holanda, Coreia do Sul e Belarus. Os principais produtos exportados ainda são minério de ferro, alumina, grãos de soja e ferro fundido. Na lista dos importados, os derivados de petróleo são os mais significativos. ■

CLASSE EMPRESARIAL CONTRA O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

A CPMF, extinta desde o fim de 2007, pode voltar como Contribuição Social para a Saúde – CSS, mas os empresários não são a favor



Depois de derrubada na Câmara dos Deputados, a Emenda 29, que trata da recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), conhecida como imposto do cheque, caminha para votação no Senado Federal. No entanto, já é declaradamente repudiada pela população e pelo empresariado brasileiro. Na última semana de setembro, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) encaminhou aos deputados federais uma carta assinada por todos os presidentes de federações industriais do País, cujo conteúdo reafirma a posição contrária dos empresários ao retorno do imposto para financiar a saúde. O documento também foi assinado pelo presidente do Sistema Fiema, Edilson Baldez das Neves, que

acredita que a proposta do Governo Federal não deva passar pelo Congresso Nacional.

“Os tributos existentes já representam um teste de sobrevivência tamanho aos negócios no País. Especialmente no Maranhão, onde estamos no *boom* do desenvolvimento, a inclusão de mais um imposto ao rol dos já existentes, definitivamente, não é do que o empresário precisa para se sustentar no mercado”, assegura Edilson Baldez.

Sobre o tema, o gerente-executivo da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, disse recentemente em um evento que a extinção da CPMF foi compensada

em outros tributos. Dentre eles, a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as instituições financeiras, o que levou a carga tributária federal a um crescimento de 23,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2007 e de 24,1% no ano seguinte. Ou seja, se a arrecadação cresce, não há justificativa para mais imposto.

Por outro lado, o Governo Federal defende que a Saúde no País só vai melhorar com mais investimentos e que o Brasil precisa de uma nova fonte de recursos para cobrir esses ganhos.

“Acredito em uma reforma para enxugar os impostos e ajudar o empresariado do País e não no enxerto de mais tributos. Já bastam os que temos de pagar”, reclama Marcelo Jereisati Hage Nicolau, empresário maranhense, proprietário de uma agência de publicidade. “Agora estou só esperando para ver. Espero que a CPMF não volte a vigorar”, conclui.

Sondagem Especial – A discussão sobre a CPMF ocorreu concomitantemente à divulgação de uma pesquisa elaborada pela CNI apontando a insatisfação do empresário brasileiro com a quantidade de impostos cobrados no País e com a qualidade do sistema tributário em vigor. De acordo com levantamento recente do Senado Federal, 104 impostos incidem sobre produtos e serviços no País, sejam eles municipais, estaduais ou federais.

As informações da Sondagem Especial sobre a Qualidade do Sistema Tributário Brasileiro apontam que quase 100% do empresariado julgam “ruim” ou “muito ruim” o elevado número de impostos existentes. Na discussão nacional, empresários de todos os portes elegeram o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) o tributo mais prejudicial à competitividade das indústrias. Ainda segundo a CNI, entre as empresas usuárias do Simples Nacional (mi-

cro e pequenas), o percentual chega a 76,9%. Também na indústria extrativa, em 18 dos 25 setores da Indústria de transformação ouvidos pela Sondagem Especial, o ICMS é o imposto mais lesivo às empresas.

Dentre as soluções apontadas pelos empresários para melhorar o Sistema Tributário do País, 72,4%, defendem a unificação das alíquotas. Já 46,1% apostam também na simplificação de procedimentos e exigências, além de assegurar a plena recuperação de créditos tributários, este último defendido por 38,7% dos entrevistados.

Somado à desaprovação quanto ao ICMS, a Sondagem revela a crítica dos empresários quanto ao sistema tributário brasileiro. Pelo menos três quartos condenam também o sistema tributário em mais seis tópicos pesquisados - simplicidade, transparência, direitos e garantias do contribuinte, estabilidade de regras, segurança jurídica e prazos de recolhimento. O relatório indica que a simplicidade do sistema tributário é o segundo aspecto mais criticado, com 90,3% de desaprovação. A transparência ficou em terceiro lugar, reprovada por 86,8% dos entrevistados.

“Infelizmente, para o empresário, o nosso sistema tributário é ultrapassado e desleal. A luta é diária para nos mantermos firmes em um mercado com esse perfil”, pontua o empresário Alessandro Queiroz Mariano, do ramo de Metalmeccânica.

Os entrevistados apontaram ainda como negativo, a tributação excessiva, com 90,8%, a tributação sobre a folha de pagamento, citada por 61,2% das empresas, e os tributos cumulativos ou em cascata, assinalados por 42,2% dos industriais. A CNI pesquisou 1.692 empresas, sendo 915 de pequeno porte, 535 médias e 242 grandes. ■

São Luís

400 anos de história

Projetos estão sendo trabalhados para que a celebração à data venha acompanhada de obras, infraestrutura e qualidade de vida para seus habitantes

Por Selma Figueiredo

Patrimônio Cultural da Humanidade e palco de dois Patrimônios Culturais do Brasil (tambor de crioula e bumba-meu-boi), São Luís completará quatro séculos de fundação em 2012 e deverá ganhar muito mais que bolo, velinhas e “Parabéns a você” na celebração à data. Um ano antes do aniversário, projetos estão em andamento e propostas estão sendo trabalhadas para que a grande festa comemorativa venha acompanhada de obras, mais infraestrutura e qualidade de vida para seus moradores. Até lá, será necessário vencer problemas básicos em áreas como transporte público e vias de acesso.

Dois grandes projetos, um da Prefeitura e outro do Governo do Estado, estão dando o norte às celebrações nos meses que antecedem a festa. “Teremos uma grande ação, realizada em parceria com a sociedade civil e também com representantes da iniciativa privada. A expectati-



Por isso o projeto do Governo tem essa abrangência maior. Será um grande marco na história da cidade”, declarou o secretário de Cultura, Luís Henrique Bulcão, que integra o grupo de trabalho, cuja primeira ação foi a escolha, em setembro, do concorrente maranhense no concurso de samba da Beija-Flor de Nilópolis, escola carioca que terá como enredo “São Luís - O Poema Encantado do Maranhão”.

O pontapé inicial do projeto da Prefeitura foi a escolha da marca do quarto centenário. Resultado de campanha popular, por meio de site na internet, a vencedora foi apresentada na noite do aniversário de 399 anos, em grande festa na Praça Maria Aragão. A ação foi realizada em parceria com o Convention & Visitors Bureau, com o apoio de todos os órgãos e entidades envolvidos com a programação dos 400 anos.

“Depois dessa definição da marca, vamos iniciar os passos mais operacionais para realizar um belo projeto para São Luís. Uma das próximas ações será a instalação dos relógios que farão a contagem regressiva para os 400 anos. Queremos com isso, além de chamar a população para a data, estimular a cidadania, fazer com que a população também cuide das obras, da cidade onde vive, isto é, que não fique só esperando o poder público, mas que faça a sua parte”, destacou Nan Sousa, presidente do Convention & Visitors Bureau, entidade sem fins lucrativos que integra o Comitê Estratégico.

va é que a cidade se envolva no projeto, que absorva a importância dos 400 anos, reflita sobre a situação hoje e colabore com ideias para que possamos melhorar nossa Capital”, declarou Euclides Moreira Neto, presidente da Fundação Municipal de Cultura (Func), um dos órgãos que integram o Comitê Estratégico Organizador dos 400 anos de São Luís.

A participação popular também é a alavanca para as ações desenvolvidas pela Comissão São Luís 400 Anos, grupo que reúne órgãos e secretarias do Governo do Estado para trabalhar as ações de comemoração do quarto centenário da Capital maranhense. “O intuito é fazer a festa, claro, mas também garantir que a cidade fique mais bonita e ofereça mais conforto para seus cidadãos, com obras essenciais.

Também estão envolvidos no projeto o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Federação das Indústrias (Fiema), Câmara de Diretores Lojistas (CDL), Serviço de Patrimônio da União (SPU), Associação Comercial (ACM), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Maranhão (Uema), Câmara Municipal, Assembleia Legislativa do Maranhão e Instituto de Cidadania Empresarial (ICE). Já o Comitê Consultivo é aberto a todas as entida-



des e instituições que desejem contribuir com a realização do evento, a exemplo da Aliança Francesa. “O lema de trabalho do programa é Transparência, Legado para sociedade e Participação Popular”, explicou o coordenador do Comitê, Sofiani Labidi, na solenidade de instalação do Comitê.

O projeto a ser desenvolvido pela Prefeitura obedece a três eixos mobilizadores, divididos nas áreas de marketing (a exemplo do relógio 400 anos e marca São Luís 400 anos), infraestrutura (obras em teatro iluminação de monumentos turísticos, entre outros), eventos culturais (SBPC, festival de música, etc), de educação, cultura, Ciência e tecnologia. Todos também seguem os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Obras e revitalização

A construção de obras como a Via Expressa e a restauração de casarões do Centro Histórico estão entre as ações que marcarão as

comemorações coordenadas pelo Governo do Estado. O Projeto “São Luís 400 Anos” tem como pilares a promoção das ricas tradições ludovicenses, incluindo a literatura, culinária, música e arquitetura. “A partir deste mês de setembro de 2011 vamos viver a festa do quarto centenário para, em 8 de setembro de 2012, inaugurarmos uma nova era”, assinalou o secretário de Comunicação Social, Sérgio Macedo.

E a tradição maranhense também será celebrada na Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro. A escola Beija-Flor cantará as belezas de São Luís no Carnaval 2012. A comissão da agremiação esteve diversas vezes na Capital, acompanhou manifestações culturais e decidiu que um representante maranhense participará do concurso para escolha do samba em Nilópolis. A idéia ganhou forma e as eliminatórias aconteceram de 11 a 14 de setembro, com semifinais dias 15 e 16 e a grande final no dia 17. Os três selecionados participarão da finalíssima no Rio. “Ninguém melhor para cantar a cidade que seus compositores, pois são eles que viven-

ciam seu dia-a-dia e a tradição de suas lendas e histórias”, ressaltou Luís Henrique Bulcão.

Diversos eventos também estão sendo programados. No campo dos festivais, haverá um internacional de reggae e um gastronômico. Serão realizados concursos literários e também foi anunciada a provável vinda do Festival de Literatura Latino-Americana (FLAM) e um intercâmbio musical com a França. Um monumento “São Luís 400 Anos” será erguido em local central da cidade e os principais monumentos ganharão uma iluminação especial.

“São Luís 400 anos: Revisitando a história, com visão no futuro”, também foi escolhido, por meio de enquete realizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) para ser o tema do Prêmio Fapema 2011.

Na visão da diretora-presidente da Fapema, Rosane Nassar Meireles Guerra, a escolha aconteceu em momento oportuno. “Várias instituições já estão se articulando em torno dos preparativos para as comemorações do quarto centenário de São Luís. Fico feliz com essa escolha, pois como agentes de fomento à Ciência e pesquisa, também poderemos dar nossa contribuição, suscitando entre os pesquisadores e a academia a discussão desse assunto”, enfatizou.

Rosane Guerra adiantou que nos próximos meses serão promovidas atividades para divulgação da temática, a exemplo do que foi feito nas edições anteriores. Podem concorrer ao prêmio alunos de Ensino Médio, Fundamental ou Técnico, de graduação, mestres, doutores, pesquisadores, profissionais da Comunicação Social, inventores e pessoas que tenham contribuído para preservação dos bens imateriais e “saberes populares”. ■



MEMÓRIA

Por Luís Fernando Baima



FOTO: GAUDÊNCIO CUNHA, EM ÁLBUM FOTOGRÁFICO DE SÃO LUIS, 1908

1871

COMPANHIA FERRO-CARRIL

Em 1871, a Assembléia Provincial autorizou o então presidente Augusto Olímpio de Castro a contratar a Companhia Ferro-Carril São Luiz do Maranhão, do empresário José Maria Bernes, para a exploração das primeiras linhas que iriam atender a forte expansão urbana, originada do apogeu econômico da comercialização do algodão, vivido durante a Guerra Civil Americana, entre 1861 a 1865. Inaugurada em 1º de agosto de 1872, a frota de onze bondes “animáticos” de 1ª classe e mais seis de segunda, em rotas que se estendiam desde o Largo do Palácio ao distante bairro do Cutim (hoje Anil), logo despertou o descontentamento da população. A Companhia sobreviveu até 1879, quando foi substituída pela Companhia Ferro-Carril Maranhense, criada com recursos estatais. Os primeiros bondes elétricos surgiram em 1918 com a empresa inglesa L. Griffith Williams, representante da American and General Syndicate Ltda, que não cumpriu a sua parte em um novo contrato. A regularização do transporte só veio a se dar em 30 de novembro de 1924, com a empresa americana Ulen Company. Os últimos bondes de São Luís circularam até 1966, servindo o bairro de São Pantaleão, quando foram desmobilizados por causa de transtornos ao tráfego crescente de automóveis.

Adote o Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho.

É mais qualidade de vida e produtividade para a sua indústria.

O SESI tem uma novidade para sua empresa: um modelo de avaliação que vai mostrar a você, empresário industrial, que o investimento em qualidade de vida proporciona ganhos na produtividade e sustentabilidade dos negócios. Confira!

Competitividade e sustentabilidade para seus negócios.

O Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho permite empresas avaliar práticas e performances e comparar o seu nível de competitividade com líderes do seu setor e com líderes em sustentabilidade.

Auxilia, ainda, na elaboração de um plano de ação para agir nas oportunidades de melhoria identificadas.

Serviços com custos assumidos pelo SESI.*



O único investimento em que sua empresa não tem custo algum. Só lucros.

Aplicado de forma gratuita, o modelo de avaliação do SESI tem como objetivo contribuir para uma indústria saudável e sustentável, visando:

- Criar um ambiente de trabalho socialmente responsável que permita aos colaboradores um estilo de vida seguro, saudável e produtivo;
- Estimular a excelência na gestão da sustentabilidade e da qualidade no trabalho das indústrias.

* As condições de custeio (subsídio) pelo SESI podem variar conforme políticas institucionais.



(98) 2109-1859 • www.fiema.org.br

PORTO DO ITAQUI

Crescimento sustentável é a nossa estratégia

Em 2011, **aumentamos** a nossa produtividade, **concluimos** a recuperação do berço 102, iniciamos a reforma do berço 101, **lançamos** o edital de licitação do Terminal de Grãos do Maranhão, **superamos** a nossa estimativa de movimentação de cargas, **criamos** uma linha regular de contêiner, **investimos** em ações de saúde, segurança e meio ambiente, **revisamos** o nosso Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), **começamos** um programa de relacionamento com as comunidades do entorno e **recebemos** do Governo Federal a missão de conduzirmos o processo de construção de um novo berço totalmente dedicado a granéis líquidos. Mas tudo isso já faz parte do passado. Outras metas já estão traçadas para que o Porto do Itaqui continue sendo o principal indutor de desenvolvimento do Maranhão.



PORTO DO
ITAQUI

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP

GOVERNO DO
maranhão